



O QUE DANÇO E VIVO, EU MESMA POSSO DIZER: MULHERES NEGRAS, HIP-HOP E INTERSECCIONALIDADE

*Bruna D'Carlo Rodrigues de Oliveira Ribeiro*¹

Universidade Federal de Minas Gerais.

*Nilma Lino Gomes*²

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este texto se propõe a discutir a relação entre as mulheres no Hip-Hop em seu elemento dança e interseccionalidade, a partir da revisão de literatura parcial da pesquisa de doutorado intitulada “Forasteiras de dentro: corposcrevências de mulheres negras no *Hip-Hop* dança sob a lente interseccional”, do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Fundamentamos a escrita a partir de Patricia Hill Collins (2000, 2006, 2016, 2022), na compreensão de seu caráter transnacional, que nos possibilita tecer considerações sobre o feminismo afro-brasileiro e seus tipos de organização no que se assemelha à realidade estadunidense. O que propomos, então, é o tecer de um tom reflexivo da experiência da mulher negra, periférica e mineira, diante de um mundo hierarquizado, racista e sexista, propondo não apenas a denúncia das relações de dominação de diferentes naturezas, mas também a

¹ Professora do Centro Pedagógico da UFMG; Diretora de Política de Projetos de Apoio a Estudantes da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis UFMG; Doutora em Estudos Interdisciplinares do Lazer (UFMG); Mestre em Educação(PUC MINAS); Psicopedagoga; Especialista em gestão de projetos sociais; Coordenadora do Projeto De Extensão Anjos D’Rua;Vice-líder Grupo de Pesquisa EDUDANÇA(UFMG); Atua como pesquisadora no Grupo de estudos Afropedagógicos Sankofa, no NEPEI -NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL (UFMG) e no Grupo ORICOLÉ: Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer; Membro associado da ABPN- Associação Brasileira de Pesquisadores Negros; Membro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Dança - ANDA. E-mail: ribeirodcarlo@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9498-521X>

² Professora titular da Faculdade de Educação da UFMG (FAE/UFMG) e emérita pela mesma Universidade. Integra o corpo docente da pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da FAE/UFMG e é professora visitante do Programa de Pós-graduação em Educação da UFOP (2026).É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ e coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT/CNPQ) Educação Transformadora: Antirracismo, Interseccionalidade e Justiça Social na América Latina (2025-2030). E-mail: nilmalinogomes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0767-2008>



anunciação de novos horizontes interpretativos e possibilidades na luta pela emancipação e criação de conhecimentos que fomentem a justiça social.

Palavras-Chave: *Hip-Hop*; Interseccionalidade; Feminismo negro; Dança.

WHAT I DANCE AND LIVE, I CAN SAY MYSELF: BLACK WOMEN, HIP-HOP AND INTERSECTIONALITY

Abstract: This text aims to discuss the relationship between women in Hip Hop in its dance element and intersectionality, based on the partial literature review of the doctoral research entitled " Outsiders from Within: Black Women's Bodies and Writing in Hip-Hop Dance Through an Intersectional Lens ", from the Postgraduate Program in Interdisciplinary Leisure Studies at the Federal University of Minas Gerais - UFMG. We base our writing on Patricia Hill Collins' (2000,2006,2016,2022) understanding of its transnational character, which allows us to make considerations about Afro-Brazilian feminism and its types of organization, which is similar to the US reality. What we propose, then, is the weaving of a reflective tone of the experience of black, peripheral and mining women, in the face of a hierarchical, racist and sexist world, proposing not only the denunciation of relations of domination of different kinds, but also the announcement of new interpretative horizons and possibilities in the struggle for emancipation and the creation of knowledge that fosters social justice.

Keywords: Hip Hop; Intersectionality; Black feminism; Dance.

LO QUE BAILO Y VIVO, LO PUEDO DECIR YO: MUJERES NEGRAS, HIP-HOP E INTERSECCIONALIDAD

Resumen: Este texto tiene como objetivo discutir la relación entre las mujeres en el *Hip-Hop* en su elemento danza y la interseccionalidad, a partir de la revisión bibliográfica parcial de la investigación doctoral titulada " Forasteras de dentro: cuerpos-escrituras de mujeres negras en el hip-hop y la danza desde una perspectiva interseccional ", del Programa de Posgrado en Estudios Interdisciplinarios de Ocio de la Universidad Federal de Minas Gerais - UFMG. Nos basamos en la comprensión de Patricia Hill Collins (2000,2006,2016,2022) de su carácter transnacional, lo que nos permite hacer consideraciones sobre el feminismo afrobrasileño y sus tipos de organización, que se asemejan a la realidad estadounidense. Lo que proponemos, entonces, es tejer un tono reflexivo de la experiencia de las mujeres negras, periféricas y mineras, frente a un mundo jerárquico, racista y sexista, proponiendo no sólo la denuncia de relaciones de dominación de distinto tipo, sino también el anuncio de nuevos



horizontes y posibilidades interpretativas en la lucha por la emancipación y la creación de conocimientos que fomenten la justicia social.

Palabras-clave: *Hip-Hop*; Interseccionalidad; Feminismo negro; Danza.

CE QUE JE DANSE ET VIS, JE PEUX LE DIRE MOI-MÊME: FEMMES NOIRES, *HIP-HOP* ET INTERSECTIONNALITÉ

Résumé: Ce texte vise à discuter de la relation entre les femmes dans le *Hip-Hop* dans son élément de danse et l'intersectionnalité, à partir de la revue partielle de la littérature de la recherche doctorale intitulée " Les étrangères de l'intérieur : les corps-écrits des femmes noires dans la danse *Hip-Hop* sous l'angle de l'intersectionnalité ", du programme de troisième cycle en études interdisciplinaires des loisirs à l'Université fédérale de Minas Gerais - UFMG. Nous basons sur la compréhension du caractère transnational de Patricia Hill Collins (2000, 2006, 2016, 2022), ce qui nous permet de faire des considérations sur le féminisme afro-brésilien et ses types d'organisation, qui sont similaires à la réalité américaine. Ce que nous proposons donc, c'est de tisser un ton réflexif sur l'expérience des femmes noires, périphériques et minières, face à un monde hiérarchique, raciste et sexiste, en proposant non seulement la dénonciation des relations de domination de différents types, mais aussi l'annonce de nouveaux horizons interprétatifs et de nouvelles possibilités dans la lutte pour l'émancipation et la création de connaissances qui favorisent la justice sociale.

Mots-clés: *Hip-Hop*; Intersectionnalité; Féminisme noir; Danse.

INTRODUÇÃO :PARA COMEÇAR A DANÇA

Este texto se propõe a discutir a relação entre as mulheres no *Hip-Hop*³ em seu elemento dança e interseccionalidade, a partir da revisão de literatura parcial da pesquisa de doutorado em andamento a partir da revisão de literatura parcial da pesquisa de doutorado intitulada "Forasteiras de dentro: corposcrevências de mulheres negras no *Hip-Hop* dança sob a lente

³ Fazemos a opção pela grafia da palavra *Hip-Hop* em itálico, por se tratar de uma expressão estrangeira e com iniciais maiúsculas, para demarcar a força histórica do movimento no Brasil e no mundo.



interseccional”, do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG.

Para produção ,apresentamos a construção conceitual sobre como mulheres negras atuantes no elemento dança da cultura *Hip-Hop* elaboram estratégias de resistência e produção de conhecimento a partir das intersecções entre raça, gênero e classe, tomando como eixo analítico o Pensamento Feminista Negro, especialmente as contribuições de Patricia Hill Collins. Na construção da tese, apresentamos a corposcrevência de quatro mulheres negras da cidade de Belo Horizonte, que tem suas experiências na dança qualitativamente diferenciada pelos atravessamentos de raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros.

Sua atuação na cultura *Hip-Hop* é constituída por meio de ações subversivas experienciadas na dança no contexto do lazer e as formas pelas quais mulheres da cena experimentam suas travessias, trajetórias e trânsitos pela cidade com o movimento atizam nosso olhar na percepção: são corpos afrodiaspóricos que vivem seus processos artísticos/identitários com autoria e autonomia, num processo que evoca a coletividade em uma busca por :

um impulso calibrador, uma libido que se expressa nas ciências, nas artes, na política, na literatura, na vida cotidiana das comunidades, a ensinar, quando não uma ruptura igualmente polarizada, um inadiável tecer junto favorecedor de uma abertura para o outro, seja na consciência individual ou coletiva. (Atihé, 2018, p. 55 56)

O *Hip-Hop* torna-se uma forma de habitar encantado, que remodela os espaços públicos dos centros urbanos ao transformá-los em circuitos de lazer, encontros, aprendizagens e sociabilidades que em muito extrapolam os territórios: toma para si as ruas, praças, calçadas, pontos de ônibus e todo o entorno, demarcando sua visão de mundo, estilos, a negritude, as juventudes e anseios. O vocabulário singular e estratégico do *Hip-Hop* demonstra este



autogerenciamento e redes de proteção e preservação das culturas urbanas, e apresenta profícua discussão de sua ação à luz da lente interseccional.

A dança constitui uma forma de produção de conhecimento, e as mulheres negras do *Hip-Hop* produzem epistemologias corporificadas que deslocam os modos hegemônicos de compreender corpo, cidade, lazer e política. Neste sentido, a dança, na cultura *Hip-Hop* opera como uma epistemologia produzida por mulheres negras, na qual corpo, território, memória e ação política se articulam na criação de conhecimentos comprometidos com a transformação social.

Interessa-nos compreender como mulheres negras que atuam ativamente na cultura *Hip-Hop* em seu elemento dança, vivenciam as relações de poder que circundam as questões de raça, gênero e classe, a partir de sua atuação em espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade, numa leitura a partir de sua corporeidade afrodiaspórica.

A forma como essas mulheres e seus coletivos se fazem vistos, afetando e permitindo afetar sua dança, instiga-nos a entender os processos pelos quais a corporeidade das dançarinas negras que circulam nos espaços públicos da cidade e como esta última responde a circulação de mulheres negras , periféricas e LGBTQIAPQ+. E, ao ocuparem a cidade por meio do corpo, mulheres negras produzem formas de existência que desafiam a matriz de dominação, deslocando processos históricos de silenciamento para experiências de autoria, memória e criação coletiva.

O trânsito das participantes entre sua a casa e os espaços de lazer que frequentam podem revelar a situação dos atravessamentos interseccionais em que vivem e nos permitem balizar as análises para compreender as potências e possibilidades do vir a ser de:

Um projeto que traz em seu bojo a possibilidade de fazer deles e delas *sujeitos da história* também. Não apenas objetos. [...] Penetra no *sonho possível* de fazer crianças, adolescentes e adultos *gente* com seus



desejos, aspirações e interesses atendidos, valorizados[...] na sua compreensão ético- político- antropológica de uma epistemologia crítico- educativo- conscientizadora, que, em última instância, tem como ponto central a *humanização* de todos e todas, independente da classe social, idade, gênero, orientação sexual, local de nascimento ou moradia. (Freire, 1991, p.14-15).

As formas de apropriação do espaço público, das praças ao redor, das ruas e do entorno fruído por elas, transbordam para outros tempos/espacos que apresentam relação direta com o lazer e serão lidos como contextos e ou experiências de lazer. Lazer este que é atravessado pelas questões de raça, gênero e classe. A dança e o território tornam-se mola propulsora de epistemologias desenvolvidas em/ com lugares e comunidades periféricas interpretativas, na busca por novas epistemes da vida cotidiana, produzir re-existências de corpos em diáspora.

Em um processo escavatório para trazer à cena as produções acadêmicas negras e sua construção de uma política de empoderamento, com foco nas convergências entre o pensamento e ação das mulheres negras do *Hip-Hop* com consciência afrocêntrica e feminista, me mobilizo a compreender os trabalhos de Patrícia Hill Collins.

A chegada tardia ao Brasil das obras da autora (cerca de 30 anos após a escrita), não apaga sua relevância e contribuições na discussão da interseccionalidade no país. Para a construção deste estudo, a recepção dos escritos traz importantes elementos de reflexão. Compreendemos que não é cabível simplesmente transportar suas ideias para o contexto brasileiro, que tem organizações que lhe são próprias. Neste sentido, as divergências também se tornam importantes elementos para análise entre o contexto estadunidense e o que aqui se insere. A luta da mulher negra é permanente contra o patriarcado escravocrata que vivencia cotidianamente.

As mulheres deste estudo buscam, em seu cotidiano, fortalecer o movimento *Hip-Hop* como espaço de luta e contestação, tendo suas trajetórias



de vida como condutoras de uma práxis em que discurso e prática não se deslocam. Ainda que os espaços da cultura *Hip-Hop* sejam demarcados pelo machismo, as mulheres negras na cena vêm descobrindo brechas de inserção, conquistando espaços a partir de suas pautas. Pautas estas que se consolidam a partir de suas vivências e experiências enquanto mulheres negras, politizadas e em diáspora afro-latino-americana.

Diante o exposto se faz necessária a discussão de um feminismo negro, movimento em mandamento no Brasil por pesquisadoras como Winne Bueno, Carla Akotirene, Ângela Figueiredo, entre outras, para que se consolide no país o Pensamento Feminista Negro como teoria social e prática política.

O Pensamento Feminista Negro é uma tradição que se constitui por meio da luta e resistência às opressões sofridas pelas mulheres negras de diferentes nacionalidades. A adoção do termo indica um posicionamento político-epistemológico específico e historicamente situado. Para as feministas negras, pensar as relações de gênero sem considerar as dinâmicas raciais estabelecidas na sociedade viabiliza opressões de outras ordens.

Collins (2016) reflete que, “as conexões cada vez mais visíveis entre o feminismo brasileiro e o pensamento feminista negro dos Estados Unidos que ilustram os possíveis benefícios de um feminismo negro transnacional” (Collins, 2016, p. 13). A mobilização de uma comunidade intelectual de mulheres negras, num quadro transnacional, é centrada na resistência militante e acadêmica nos estudos do paradigma de opressões interseccionais de raça, classe, gênero, nação e sexualidade.

Compreendendo o cenário compartilhado coletivamente pelas mulheres afro-americanas, historicamente, o pensamento feminismo negro estadunidense se estruturou a partir das dimensões política, econômica e ideológica. Neste estudo, concordamos com Collins (2019) ao dizer da importância de centrarmos os estudos do feminismo negro não apenas em



seus silenciamentos, mas assumirmos um lugar de enunciação, como produtoras de epistemes. Kilomba (2019) corrobora com essa discussão:

A maior parte da literatura sobre o racismo falhou em abordar a posição específica de mulheres negras e as formas pelas quais questões de gênero e sexualidade se relacionam à questão de raça. (...)a literatura feminista ocidental também falhou em reconhecer que o gênero afeta as mulheres de outros grupos racializados de formas diferentes das que atingem mulheres brancas, tornando mulheres negras invisíveis. (Kilomba, 2019, p. 96-97)

Para o pensamento feminista negro, as mulheres negras como coletividade são marcadas por opressões interseccionais que agenciam a sua própria autodefinição. Sua reação ao sistema de dominação que impera é elaborada coletivamente ou individualmente, para mobilização de respostas diferentes a desafios comuns que as cerceiam.

Collins (2016) endossa a premissa que “não existe uma mulher negra essencial, ou arquetípica” (Collins, 2016, p. 73). Desta forma, como a matriz de dominação patriarcal, heterossexista e capitalista pode ser universal, mas as experiências e insurgências elaboradas por diversas mulheres negras em contextos transnacionais e globais não são.

Nesta pluralidade de saberes e experiências de vida, ao inverter os padrões de supressão e silenciamento, as mulheres negras no contexto acadêmico desafiam a estrutura ocidental de validação científica. Assim, ao valorizar o ponto de vista e sua autodefinição gestados nos seus espaços seguros, como produtoras de conhecimento as mulheres Negras agenciam a própria legitimidade e validação do seu conhecimento. Será então possível esperarmos uma forma outra, de se fazer ciência, em que não sejamos meros objetos, mas sim, parte da construção do conhecimento?



PODEMOS LER O *HIP-HOP* PELA LENTE INTERSECCIONAL?

Para Ana Lúcia Silva Souza (2011) são várias as abordagens que tratam das origens do movimento *Hip-Hop*, sendo expressivas a que o coloca como fenômeno e movimento cultural que se transforma, nos vários contextos em que aporta, se hibridiza e assume distintos formatos ressignificando, de maneiras diferentes, os efeitos do fenômeno da diáspora negra pelo mundo, fazendo da musicalidade um dos elementos de sustentação de sua organização social, cultural e política.

Enquanto movimento político, estético e cultural, o *Hip-Hop* teve seu início nos EUA, nos bairros do Bronx, região norte da cidade de Nova York, no final da década de 70. Suas origens são atribuídas às comunidades afro-americanas e caribenhas, a partir da Jamaica e EUA, por meio da migração, em 1969, do *DJ* (*disc jockey*) jamaicano, Kool Herc e seus amigos músicos para o bairro.

Com base nas tradições jamaicanas de lazer, eles introduzem na cultura nova-iorquina sistemas de som armados na rua para animar festas, os *sound systems*, semelhante ao que ocorria nas ruas dos guetos jamaicanos para animar os bailes que serviam de fundo para o discurso dos *toasters*, autênticos mestres de cerimônia que tratavam em suas intervenções, assuntos como a violência das favelas de *Kingston* e a situação política da Ilha por meio das festas (*block parties*) que aconteciam nas ruas.

Inicialmente, o *Hip-Hop* foi constituído por quatro elementos: o *DJ*, o *MC*, o *break* e o grafite. O primeiro e o segundo desenvolvem o que hoje conhecemos como rap, prática artística cujo nome é o resultado da união de duas palavras: *rhythm and poetry* (ritmo e poesia). Trata-se de um tipo de “canto falado”, cuja base musical é tirada do manuseio de duas pick-ups, comandadas pelo *DJ*. O *MC* é a pessoa que fala ou canta a poesia, que conhecemos hoje



como rapper. Com o surgimento do rap, emergiu o *break*, forma de dança na qual se utilizam elementos acrobáticos e marcados pelas batidas da música.

A literatura específica sobre *Hip-Hop* atribui a Afrika Bambaataa, 58, *DJ*, ativista, o mérito de ter nomeado o que se conhece hoje como *Hip-Hop*, associando as artes da música, expressa pelo rap, em que atuam as *MCs*, as *DJs* na discotecagem; a dança e as artes plásticas (o grafite), cunhando desta forma o termo.

O Rap, (*rhythm and poetry*) expresso através do *MC* (mestre e mestra de cerimônia), juntamente com o grafite, (imagens expressas por meio dos desenhos dos grafiteiros e grafiteiras/as), a dança, performance dinâmica de dançarinos e dançarinas e a manipulação das aparelhagens eletrônicas realizadas por *DJs* (*disc jockeys*), constituem a base de sustentação do repertório da cultura *Hip-Hop*. (Souza, 2011). O grafite, feito com pintura *spray*, surgiu na mesma época, como forma artística de protesto e contestação à segregação racial nos EUA. Embora muitos latinos vivessem naqueles bairros, o movimento foi composto predominantemente por afro-americanos.

Podemos considerar um “quinto elemento” que atravessa os quatro: a politização, desenvolvida por meio da participação e mobilização das juventudes de forma individual e coletiva em questões de cotidiano e suas identidades, muitas vezes identificadas pelos jovens do movimento por militância. Os movimentos precursores do *Hip-Hop* compartilhavam, respectivamente, pautas de combate às desigualdades sociais, mais especificamente direcionadas para as questões de cunho racial.

Embora tradicionalmente se reconheçam quatro elementos constitutivos da cultura Hip Hop – DJ, MC, dança e grafite –, diferentes pesquisadoras e pesquisadores têm indicado que a politização atravessa todos eles, podendo ser compreendida como um quinto elemento estruturante. Neste estudo, propõe-se avançar nessa compreensão ao sustentar que a dimensão política



do *Hip-Hop* não constitui apenas uma orientação militante, mas uma forma de produção de conhecimento. É precisamente nesse ponto que a atuação das mulheres negras adquire centralidade, pois suas práticas corporais transformam experiências historicamente invisibilizadas em narrativas, pedagogias e epistemologias produzidas no cotidiano das ruas, das praças e dos espaços de lazer.

Para Collins (2006), a ascensão do *Hip-Hop* representa o período pós-movimentos por direitos civis e surgiu como uma alternativa à cegueira para o mito do fim do racismo no país e à promoção do “sonho americano” de iguais oportunidades para todas as pessoas. O processo reverberou na “guetização” dos pobres e da classe trabalhadora negra e jovem estadunidense.

Pode ser entendido, também, como um movimento amplo, que contempla dimensões estético-políticas, constituídas no espaço das ruas, que nasce no segmento populacional de baixo poder aquisitivo, de maioria negra e ganha força, nos EUA, a partir do final da década dos anos de 1970 espalhando-se pelas grandes metrópoles do mundo. (Souza, 2011).

A mídia americana transmitiu comercialmente o *Hip-Hop* como uma espécie de “cultura negra americana”, vinculando-o à pobreza, às drogas, à violência e à hipersexualização dos corpos negros, especialmente das mulheres negras. Collins (2006) explica que essa propaganda publicizou o estilo *fashion* da negritude a partir dos elementos do *Hip-Hop*, transformando-o em uma indústria de milhões de dólares.

O *Hip-Hop* chega ao Brasil nos anos 80, no contexto das Diretas Já, por meio do surgimento das músicas até então apelidadas de “tagarelas”. Apresentavam um fundo musical que se assemelhava aos sons do funk, característica que o levou a ser denominado “funk falado”.

As temáticas das letras eram, essencialmente, violência policial, preconceito e racismo. “Pode-se dizer que no mesmo contexto em que parte da



sociedade brasileira começa a se rebelar contra a ditadura militar, os bailes *black* importam dos EUA um tipo de música que servia de inspiração para a luta pela emancipação sócio racial e econômica.” (Félix, 2005, p.25).

Chega ao Brasil, no contexto período de hiperinflação, de alto índice de desemprego e precarização das condições de vida, em que diversos segmentos da sociedade brasileira, mulheres, negros, mães, queriam que suas vozes fossem ouvidas e suas reivindicações atendidas. Estes grupos se organizaram nos chamados novos movimentos sociais, evidenciando formas de participação, a valorização das práticas culturais, politizando o cotidiano e mostrando a capacidade de mobilização para influenciar nas leis e políticas públicas. (Souza, 2011).

Vimos no período da década de 80, nas periferias de vários estados do Brasil, dentre os quais São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, eventos importantes na consolidação do *Hip-Hop* nacional. A partir do exposto, vale acentuar que o *Hip-Hop* se fortalece no país como uma prática de lazer e desenvolve, a partir deste contexto, uma ação política, na medida em que fortalece laços identitários individuais e coletivos de jovens negros/as. Tal fato se apresenta, também, na medida em que a luta contra as desigualdades é socializada por meio das linguagens e expressões artísticas do movimento.

Nesse contexto, os clipes das músicas contavam com a participação de dançarinos, que criaram formas de movimento. Enquanto nos EUA as ‘batalhas’ de *break* representavam um espaço não violento para a resolução de conflitos entre gangues, em São Paulo, onde o movimento despontou na década de 80, o espírito ‘combativo’ dos movimentos era evidente, trazendo a força simbólica da dança enquanto expressão da realidade e das violências que a população praticante vivenciava.

Esse dado revela que “tais rodas traziam à tona, simbolicamente, os conflitos sociais existentes em nossa sociedade.” (Félix, 2005, p.36). O *break* e



o rap surgiram nos espaços de lazer da população negra e pobre, como uma resposta à sociedade e aos processos de discriminação e criminalização aos quais eram submetidos.

O *Hip-Hop* representa um movimento de resistência das populações periféricas e marginalizadas, trazendo com e pelo corpo processos de habitar o mundo. Este habitar procura ocupar território de um tecido social bordado das mais diversas formas por sujeitos, paisagens e situações.

Desde seu surgimento, nos guetos e inspirados por Malcolm X, os Panteras Negras, o *Hip-Hop* segue se transformando e acompanhando os movimentos da sociedade. Para o grupo de mulheres participantes deste estudo, o elemento dança é o fio condutor, que se traduz em um estilo de vida. A cultura *Hip-Hop*, manifesta em seu elemento dança, traz consigo um caráter contra-hegemônico e reacionário quanto às questões de privilégios, negacionismos, autoritarismos e questões raciais.

Compreendemos o *Hip-Hop* como uma produção diaspórica constituída por traços de cultura e histórias de matrizes africanas, ressignificadas localmente e como um movimento cosmopolita em diálogo com a moderna tecnologia urbana e letrada (Souza, 2011). A cultura *Hip-Hop* enquanto fenômeno global, marca um legado na diáspora africana, com múltiplas referências musicais, culturais, com temporalidades diversas. O gênero musical *Black Music* aparece como uma referência importante para a afirmação de modos de identificação calcados na cultura afro-brasileira.

Para exemplificar a força da cultura *Hip-Hop* como expressão das vozes dissidentes, recorremos a Carvalho (2006), a partir de sua descrição de uma performance de B. boys no *break*, demonstrando a dimensão diaspórica que se revela no movimento:

Cavalo-sem-alça (mãos no chão e pernas em movimento no ar),
tartaruga (todo corpo é apoiado nas mãos, colocadas ao tórax e



estas no chão descrevem movimento que do alto dá a ideia de uma tartaruga), Sax Swit (troca-se a mão que sustenta todo o corpo, dando a ideia de um ponteiro de relógio), moinho de vento (costas no chão, as pernas ao ar movimentam-se em círculo, criando um efeito moinho ou das hélices de helicóptero), pião (cabeça no chão, pernas ao ar rodopiando), suicídio (mortal de frente pra trás); são alguns dos muitos passos do break. Assim, rapazes de periferia recriavam e executavam movimentos que jovens nova-iorquinos praticavam em protesto contra a guerra do Vietnã, para representar os corpos debilitados ou mutilados dos sobreviventes de combates. Apoiar-se com as mãos figurava a única forma de locomoção para os paraplégicos e os rodopios com a cabeça no chão simbolizavam os helicópteros durante a guerra. No Brasil, por conta da tradição afro-brasileira, foram acrescentados a estes movimentos os da capoeira. (Carvalho, 2006, p. 152-153).

A partir da leitura do trecho, concordamos com Collins, (2006), ao afirmar que o movimento *Hip-Hop* tem sido apontado pela literatura como voz da juventude negra e pode se tornar uma área estratégica da emergência de um *Hip-Hop* feminista, para que as vozes de mulheres negras pertencentes a esta cultura possam ressoar. Neste sentido:

É importante destacar que a cultura *Hip-Hop* não tem sido uma expressão artística dominada só por homens, que as mulheres têm participado, nas expressões artísticas que o constituem, como *rappers*, grafiteiras, *b.girls*, djeias, denunciando problemáticas similares às anunciadas pelos participantes masculinos como marginalização, opressão, decadência urbana, além de apresentar outras temáticas, a partir do ponto de vista das mulheres, como violência doméstica, sexismo, dentre outras. (Barbosa, 2007, p.20).

Esta força propulsora direciona as mulheres negras participantes da pesquisa a buscarem estratégias contra-hegemônicas e de transformação no contexto da dança, via retomada da consciência com e pelo corpo e de forma emancipatória. Suas ações dentro do movimento *Hip-Hop*, cerceado de práticas sexistas e excludentes para as mulheres, as mobilizam em ações de intencionalidade política, a partir de seu compromisso com a transformação



dos cenários em que atuam. Ouvir as mulheres participantes da pesquisa sobre como internalizam e compreendem os impasses, cenários, entraves e conchavos políticos, observando como desenham seus processos de libertação, na emergência de uma reflexão crítica e que anseiam por uma atuação autônoma e comprometida com a justiça social.

LUTA, RESISTÊNCIA E INTERSECCIONALIDADE

A partir da década de 90 a interseccionalidade passou a configurar-se como importante chave de leitura, pesquisa e produção intelectual em campos tradicionais e interdisciplinares. Sua expansão e as formas heterogêneas em que se expande e transforma tem se apresentado como possibilidade e potência de aderência para acomodar pontos de vista e entrecruzamentos plurais.

As lutas e reivindicações anticoloniais fizeram com que o termo interseccionalidade ganhasse relevância e aderências em estudos acadêmicos. Ao pensar a diferença e as relações de poder, o termo possibilita uma sensibilidade analítica que permite que os significados tomem sentido na ação, no uso. Pensá-la, neste estudo, mobiliza a conexão entre duas dimensões que se interconectam: os atravessamentos na presença das mulheres no *Hip-Hop*, na cidade de Belo Horizonte, e a sua relação com o ativismo e a matripotência.

Neste contexto, as premissas da interseccionalidade nos alertam e impulsionam mudanças de paradigma em relação ao poder e justiça social. Interessa-nos operar o conceito a partir da coalizão entre o pensamento feminismo negro como teoria social crítica, matriz de dominação e a interseccionalidade como ferramenta analítica e práxis crítica. A



relacionalidade e a justiça social se apresentam como seus construtos centrais.

Collins transita pelas tradições teóricas sem demarcar filiação, embora possamos identificá-las ao longo de sua sobras: ao discutir a economia política estadunidense e seus efeitos sobre a classe trabalhadora das pessoas negras, vemos a tradição marxista; ao trazer a valorização da afetividade e os processos de subjetivação da mulher negra e das narrativas construídas, vemos os traços pós modernos; ao discutir a maternidade, as redes familiares extensivas e a ética do cuidado, têm-se as filosofias afrocêntricas.

Os estudos feministas clássicos já demarcaram que um ponto de vista neutro, generalizante, masculino e dominante não contempla a experiência e o saber produzido a partir da experiência da mulher. É tempo, então, de questionarmos e invocarmos o lugar de enunciação do saber a partir da experiência, ancestralidade e saberes da mulher negra, brasileira, situada no tempo histórico atual, que partam do pressuposto de que a desigualdade de gênero, raça e classe produz experiências qualitativamente diferenciadas.

Por termos sido silenciadas historicamente nas marcações de gênero, raça e classe, buscamos fazer ecoar nossas vozes nos espaços acadêmicos de produção do conhecimento, invocando espaço para espalhar a palavra na revolução epistêmica negra. Afinal, é preciso convocar a experiência para dizer daquilo que a ciência dita neutra não possui repertório e protocolo de experimentação para nos representar.

O pensamento feminista negro coloca a necessidade de olhar para a experiência da mulher negra de forma interseccional, denunciando o racismo e eurocentrismo de narrativas que não contemplavam nossa experiência, generalizando-a e silenciando-a. Esta necessidade de se tratar o pensamento interseccional na discussão epistemológica se firma pelos atravessamentos dos estereótipos racistas e sexistas, as opressões de nacionalidade, de



capacidade e de sexualidade que ditam que conhecimento científico é válido ou não.

Kimberlé Crenshaw, ainda na década de 90, nos alerta sobre a relação entre ativismo e produção acadêmica, especialmente quanto às novas configurações de posicionamento e reivindicações de grupos marginalizados. A inserção destes grupos no meio acadêmico permitiu aderências destas ideias, uma vez que as orientações teóricas hegemônicas não dão conta de responder às suas questões e das relações, como a autora apresentou a Collins (2022):

Em uma entrevista de 2009, (...) Crenshaw refletiu sobre as experiências que a levaram a usar o termo *interseccionalidade* nas condições sociais mais amplas na época. Para ela, seu ativismo na faculdade e, de maneira mais específica, na faculdade de direito, revelou as inadequações tanto do antirracismo quanto das perspectivas feministas, limitações que tornaram esses dois projetos políticos incapazes de abordar os problemas sociais que pretendiam remediar. (Collins, 2022, p.43 *grifo nosso*)

Isso significa que as conjunturas teóricas até aquele momento não foram capazes de incorporar a experiência da mulher negra, a sabedoria da mulher negra, tecnologias ancestrais da mulher negra, a humanidade da mulher negra. Collins (2022), complementa:

Parecia não haver linguagem que pudesse resolver os conflitos entre os movimentos sociais antirracistas que eram, nas palavras de Crenshaw, “profundamente sexistas e patriarcais”, no qual é o ativismo feminista “no qual a raça aparecia de uma forma um tanto paralela”. (...) Este problema social específico impulsionou a busca de uma linguagem provisória que ela poderia utilizar para analisar e corrigir as limitações do pensamento mono categórico em relação a raça e gênero. (Collins, 2022, p.43)

A profundidade das desigualdades impostas ao povo negro pelo colonialismo, pelos problemas econômicos, políticos, sociais e de gênero coloca aos pesquisadores negros a tarefa de não ser possível enxergar todas estas nuances sem as ver de forma interconectada. Gênero, raça, classe,



colonialismo, nacionalidade, capacidade, idade se impõem e se sobrepõem como sistemas de opressão, de dominação política e subordinação econômica em que os grupos minorizados têm motivações para resistir às desigualdades e injustiças que enfrentam. Na visão da autora:

Enxergar os problemas sociais causados pelo colonialismo, pelo racismo, pelo sexismo e pelo nacionalismo como interconectados conferiu uma nova perspectiva às possibilidades de mudança social. Muitas pessoas passam a ter esperança em algo melhor, imaginando novas possibilidades para sua própria vida e para a de outras pessoas. (Collins, 2022, p.12)

Faz-se importante para este estudo inspirar-se em Collins para compreender a interseccionalidade como um conjunto de ferramentas conceituais que se potencializa como práxis, tentando colocar-se não apenas como análise crítica, mas também como ação social. “Como campo de estudo em desenvolvimento, a interseccionalidade precisa avaliar seus processos e práticas que influenciam sua teorização”. (Collins, 2022, p.16), sendo importante destacar que a vemos sob a lente de uma forma de investigação crítica e práxis.

A autora estabelece um marco nos estudos históricos e sociológicos sobre o que é a experiência da mulher afro-estadunidense, atravessada desde a colonização e escravização até a economia política dos Estados Unidos. Para Collins (2022), a política do pensamento feminista negro se constrói na dialética da opressão e do ativismo.

Seu caráter transnacional nos possibilita tecer considerações sobre o feminismo afro-brasileiro e seus tipos de organização que se assemelham à realidade estadunidense. Em seu conjunto de obras, coloca-se como parte de uma luta coletiva, não desejando que se torne uma luta personificada. O movimento é por todo o grupo social das mulheres negras.



Dito isto, compreendemos a interseccionalidade como uma lente para explicar e compreender a realidade social por meio de interpretações sobre como vemos este mundo e o que ele pode se tornar, visando

reformular o que está posto com esperança de torná-lo algo diferente, analisando a convergência de projetos diversos de justiça social. E por esta lente a vemos como um projeto intelectual e político amplo e colaborativo com diversos agentes sociais. (Collins, 2022, p.17-18).

Para Collins (2022), a interseccionalidade nos apresenta categorias tácitas e provisórias para repensar diferentes problemas sociais. Esta provisoriedade nos ajuda a compreender a necessidade de comprometimento com a lisura dos estudos que se propõem a discutir a interseccionalidade. Por ser associado a estudos vinculados a grupos minorizados, raça, gênero e classe estariam vinculados a pessoas negras, mulheres e pobres? Cada sistema de poder é essencialmente o mesmo?

Collins (2022) nos provoca a compreender as categorias raça, gênero e classe, e outras tantas, que se equivalem e podem potencialmente substituir umas às outras. Para ela, trata-se de sistemas de poder em que compreender um deles significa tecer caminhos para a compreensão sistemática dos atravessamentos possíveis, diante das complexas combinações.

Essa noção de aprender fazendo sugere que pensar e agir não são esforços separados, mas sim relacionados além disso, a experiência e a ação social estão ligadas ao contexto social, pois constituem formas de fundamentar a teorização (da interseccionalidade) no âmbito das relações de poder, não como reação ao poder, mas como ação social em respostas às relações de poder. (Collins, 2022, p.26)

Neste sentido, as participantes desta pesquisa não se engendram como dados a serem incluídos ou interpretados em teorias ou vistas como um desvio. Elas são teoria viva; suas ações e movimentos são vistos como modo de conhecimento, catalisados e interpretados como conhecimento resistente. Ao invocarem suas próprias experiências e vivências, elas se tornam as janelas



de significados e sentidos de nosso grupo social para o mundo social. E, a partir destas experiências do que há na mulher interna e externamente, querer, sentir, agir, imaginar tornam-se pensares, tornam-se conhecimentos interseccionais.

E a intersecção das relações de poder produz, ainda, desigualdades sociais num nível de complexidade que exige um movimento de análise interseccional dado o contexto local, regional, nacional e global em que se localizam as experiências do grupo de mulheres do projeto social. Neste estudo, com participantes que se localizam na realidade mineira, na cidade de Belo Horizonte e residindo em regiões periféricas da cidade, lhes são impostas barreiras de ordem econômica, social, cultural e de gênero que não nos permitem analisar os textos e contextos fora do paradigma interseccional.

Partindo dos construtos centrais, relacionalidade, poder, desigualdade social, contexto social, complexidade e justiça social requerem hipóteses de trabalho e suposições que emergem a partir do que Collins e Bilge (2016) colocam como premissas orientadoras. Embora os construtos centrais tragam temáticas que não se apresentam de forma exclusiva aos estudos interseccionais, funcionam como uma espécie de lente para os processos de investigação crítica da interseccionalidade.

Enquanto construto central, a relacionalidade já traz em seu termo a invocação de engajamento e conexões de forma relacional, como, por exemplo, a relacionalidade entre raça, gênero e classe. Podemos perceber, por exemplo, a relacionalidade entre gênero e raça, para compreender os motivos pelos quais o feminismo branco não dá conta de compreender os processos, negações e os dispositivos de controle impostos à mulher negra, sendo necessária a elaboração e leitura do feminismo negro para compreensão de como estas dimensões se organizam e se colocam na sociedade para com a mulher negra.



Podemos, ainda, estabelecer uma relação com o fato de que o *Hip-Hop*, em seus registros embrionários, não demarca a presença das mulheres que constituíram seu início. Em recente pesquisa de campo, foi possível apurar que a primeira festa do *Hip-Hop* só aconteceu pelo fato de que a irmã de Kool Herc incitou a organização do evento que deu origem ao movimento, ou pelo fato de que muito antes da presença dos DJs, as meninas negras já estruturavam a métrica do rap e das rimas a partir de jogos corporais rítmicos cantados.

Já o poder se coloca como construto a partir da análise de que é com ele e por meio dele que se colocam as divisões sociais, econômicas, políticas, culturais, de gênero, de raça, de capacidade, entre outros. No caso das mulheres no *Hip-Hop*, o autor Jeff Chang (2021) nos alerta que as mulheres, especialmente as mulheres negras, sempre estiveram nas festas, não com papéis secundários, mas ocupando os mesmos cargos que os homens, ainda que tenham ficado de fora dos registros históricos. Tal fato demarca a relação de poder que exacerbou o silenciamento das mulheres negras no *Hip-Hop*, desde o período embrionário. Pela lente interseccional:

Os sistemas de poder coproduzem uns aos outros de modo que produzem tanto resultados materiais desiguais quanto experiências sociais distintas que caracterizam as experiências das pessoas de acordo com as hierarquias sociais. Em outras palavras, racismo, sexismo, exploração de classe e opressões semelhantes podem constituir-se mutuamente, recorrendo às práticas e formas de organização semelhantes e distintas que influenciam coletivamente a realidade social. (Collins, 2022, p. 72)

Já com relação às desigualdades, em vez de naturalizá-las, a análise interseccional nos direciona para a compreensão do funcionamento das relações de poder da sociedade que apresentam como consequência a produção de desigualdades e problemas sociais. O contexto, tanto americano quanto brasileiro, demonstra como os problemas sociais impulsionaram a produção cultural do *Hip-Hop*, tornando-o uma forma de resistência e



fomentando os movimentos sociais, mobilizados a partir da desigualdade imposta aos praticantes. Com relação ao contexto social, focaliza-se nas dinâmicas delineadas às comunidades interpretativas que, no caso deste estudo, se centram na comunidade de mulheres negras dançarinas de *Hip-Hop*.

Ao interrogar as condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas que validam, ou não, as formas de produção do conhecimento das mulheres negras, a lente interseccional nos permite analisar comunidades interpretativas, como a deste estudo, e as formas de engendramento nas quais as relações de poder inferem nas formas de ser, viver e agir.

Collins (2016, 2022) nos alerta a pensar o gerenciamento da complexidade que se apresenta nos estudos interseccionais, visto a dinâmica relação que se estabelece entre as categorias analíticas raça, gênero e classe, bem como o dinamismo necessário para dispor de várias lentes para compreender os movimentos interativos e abrangentes que tais categorias os colocam.

Alinhar a construção das análises do estudo à premissa interseccional se apresenta como um caminho possível diante de uma realidade social na qual a ciência tradicional e sua estrutura não alcançam de forma satisfatória as respostas necessárias à comunidade interpretativa tratada neste estudo. Mover-nos neste horizonte outro coloca-nos o desafio de tratar a interseccionalidade como investigação crítica.

Ao longo da história, vimos projetos eugenistas que conceituaram o corpo e o classificaram em categorias imutáveis e lhes atribuíram um valor social. Em um artigo de 2004 intitulado *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*, Collins(2004) discute como estes discursos faziam uso do binômio aptidão e inaptidão para criar uma política do corpo de diferença essencial e imutável para colocar os corpos negros no lugar de um estigma de incapacidade a ser domesticado, disciplinado e controlado.



Numa antropologia que cresceu com o colonialismo, pessoas com ascendência africana e povos indígenas são classificados como seres primitivos, cujos corpos são mais naturais, sexuais, emocionais e violentos do que aqueles que desfrutam da influência civilizatória europeia. (Torgovnick, 1990, p.31)

Por efeito desta visão, termos nosso conhecimento reconhecido no meio acadêmico ainda se torna um desafio, já que as políticas do corpo seguem sendo aplicadas a comportamentos de determinados grupos. Sobreviver academicamente diante da opressão epistêmica se coloca como um desafio para a discussão atual da interseccionalidade e denuncia como essa opressão corrobora de forma estruturante a injustiça social.

Silva (2021) pontua que “com a entrada de mais pessoas negras nas universidades, a intelectualidade negra tende a conquistar visibilidade nos currículos dos cursos universitários. Contudo, essa visibilidade vem com embates epistêmicos e contornos racistas”. (2021, p.10), fato que coloca nós negros em um estado de alerta constante na academia e que exige um posicionamento nos lugares e pessoas que desejamos articular para a justiça social

Ao alinhar-me a projetos de conhecimento resistente, que questionam heteropatriarcado, racismo e colonialismo, meu futuro acadêmico se coloca como incerto. Todavia, enquanto estou aqui, me coloco a partir de:

(...)Teóricos e teóricas que se alinham a projetos de conhecimento resistente não teorizam com base em posições de privilégio, mas, em vez disso, trabalham sob regimes de restrições institucionais com frequência avassaladoras. (...) Seus laços com projetos ativistas vão além de fronteiras acadêmicas e muitas vezes energizam sua produção intelectual, bem como sua disposição de persistir em ambientes acadêmicos. (Collins, 2022, p.184-185)



Celebramos aqueles que tornaram possíveis as condições de produção deste trabalho intelectual para que haja visibilidade a projetos de conhecimento que descolonizam práticas culturais contemporâneas, criando ângulos para que o processo de teorização se estabeleça por meio da práxis. Entendo que o poder epistêmico não apenas define as estruturas e formas de organização do conhecimento, mas também as formas de investigação e validação por meio de narrativas coloniais; deslocar-se deste lugar incide em um passo que Collins(2022) coloca como autoridade testemunhal.

A autoridade testemunhal em uma dada comunidade interpretativa depende tanto de a habilidade de uma pessoa falar quanto de ela ser ouvida(...) depende também das interações entre quem ouve e que decide o grau em que o testemunho apresentado se encaixa nas regras epistemológicas da comunidade. (Collins, 2022, p. 190)

Reivindicar a autoridade testemunhal mostra-se um passo importante para a interseccionalidade, na busca por reparação e superação da violência epistêmica que impera no sufocamento dos testemunhos das mulheres negras em espaços que não nos consideram bem-vindas.

Se a história do *Hip-Hop* evidencia processos coletivos de resistência negra, sua leitura a partir da perspectiva interseccional revela que esses processos são atravessados por relações desiguais de gênero, raça, classe e sexualidade. É justamente nesse ponto que as experiências das mulheres negras deixam de ocupar uma posição marginal na narrativa do movimento para assumirem centralidade analítica. Suas práticas corporais não apenas ampliam o repertório político do *Hip-Hop*, mas deslocam os próprios modos de compreender produção cultural, corporeidade e conhecimento.



No caso das mulheres negras no *Hip-Hop*, esta autoridade testemunhal se impõe pela força do heteropatriarcado que ainda circula na rede desta cultura. Este lugar de cerceamento pode levar as mulheres negras a vivenciarem práticas de silenciamento autocensura:

As relações de poder que se interseccionam regulam essas interações de tal forma que hierarquias de raça, gênero, sexualidade, classe e cidadania capacitam determinadas pessoas tanto para falar quanto para serem ouvidas. (...)Tiram o poder de pessoas que seguem sendo ouvidas de forma diferente, mesmo quando falam(...). Em suma, a autoridade testemunhal depende das relações de poder de uma comunidade interpretativa específica que determina as regras da verdade. (Collins, 2022, p. 190)

Mas é também pela força do coletivo, por meio de políticas identitárias que valorizam suas experiências e as colocam (a mim, na mesma medida) no lugar de interpretação de nossas próprias experiências:

Ao reivindicar a autoridade da experiência, a epistemologia do ponto de vista defende a integridade de indivíduos e grupos(...) postula que as experiências e a ação social criativa fornecem ângulos de visão distintos sobre racismo, heteropatriarcado e as relações de classe capitalistas para pessoas que são diferencialmente privilegiadas e penalizadas dentro de tais sistemas. (Collins, 2022, p.195)

A autora compreende que tanto a política identitária quanto a epistemologia do ponto de vista têm um longo caminho de refinamento acadêmico, porém, analisa que representam um movimento importante diante das reivindicações políticas e acadêmicas de grupos que têm suas



identidades negativadas. Isto significa que o avanço destas áreas em meios acadêmicos também pressupõe que as críticas a elas também devem ser examinadas a partir de seus próprios termos. (Collins, 2022.)

Nesta direção, Collins (2022) nos diz: “que sentido faria para um grupo oprimido pela intersecção das categorias identitárias de raça e gênero se recusar a organizar suas respostas políticas usando as próprias categorias que o oprimem? (Collins, 2022, p. 196). A afirmação fortalece a ideia de que a epistemologia do ponto de vista é valorosa pela sua dimensão em teorizar o papel das relações de poder na produção do conhecimento e em seu espaço de exercício de uma autoridade testemunhal, ainda que mínima, para analisar nossas experiências.

Neste processo de busca por legitimação, a resistência epistêmica, para além de um delineamento teórico, passa a dedicar-se à criação do conhecimento.

Construção de comunidades democráticas em meio às diferenças de poder continua sendo um desafio. Colaboração, interação e reflexibilidade em qualquer comunidade investigativa devem lidar com os efeitos das diferenças de poder e com a maneira como as desigualdades sociais moldam os processos internos do grupo. As práticas de opressão epistêmica como o silenciamento e o sufocamento podem ocorrer até mesmo no grupo mais motivado e crítico. (Collins, 2022, p. 215)

A posição na qual escrevo tem sua essência crítica na busca pela descolonização do conhecimento. Ainda que engajada neste compromisso, para tecer um debate argumentativo e socialmente organizado, preciso estabelecer uma relação dialógica com o grupo de mulheres deste estudo. Para fazê-lo como parte de uma construção pela teoria racial crítica, não há outra forma senão pela perspectiva interseccional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar nas interseções que afetam a relação das mulheres no *Hip-Hop* com sua dança nos contextos da dança, temos a possibilidade de nos aproximarmos das lutas de grupos minorizados e em situação de privação multidimensional de direitos para aprofundar a forma como entendemos a vida e as formas com que estes grupos se comportam e se organizam. O processo de levantamento bibliográfico deste estudo já anuncia as importantes contribuições da interseccionalidade para o enfrentamento dos sistemas de opressões aos quais mulheres negras no *Hip-Hop* estão *assujeitadas*.

Em um processo de resistência epistêmica, analisar as contribuições de Patricia Hill Collins no contexto estadunidense contribui para este estudo à medida que a autora coloca a resistência como forma de investigação acadêmica que, ao desafiar as práticas acadêmicas limitantes que viam as questões da negritude como objeto, desloca a lente como uma forma de aprendizado de suas percepções na busca por justiça social e reparação histórica.

Firmar a interseccionalidade como um campo de investigação e teoria crítica perpassa por estes atravessamentos no campo de sua receptividade acadêmica. Desmontar o legado do colonialismo, que moldou nossos conhecimentos sobre África e africanos em diáspora, e imaginar horizontes outros de interpretação e ação em projetos que tracem novos referenciais se fazem urgentes.

O que propomos, então, é o tecer de um tom reflexivo da experiência da mulher negra, periférica, diante de um mundo hierarquizado, racista e sexista, propondo não apenas a denúncia das relações de dominação de diferentes naturezas, mas também a anunciação de novos horizontes interpretativos e



possibilidades na luta pela emancipação e criação de conhecimentos que fomentem a justiça social.

As batalhas, os ensaios, as rodas e as ocupações da cidade não constituem apenas práticas corporais. Configuram espaços de circulação de conhecimentos produzidos coletivamente, nos quais mulheres negras elaboram interpretações sobre racismo, sexismo, pertencimento, território e emancipação. A dança torna-se, assim, linguagem epistemológica por meio da qual corpo, memória e experiência convertem-se em formas legítimas de conhecimento.

Os corpos em diáspora encontram-se em tensão dialética com o cerceamento imposto pelos contextos sociais em que vivemos e nos tempos e espaços de lazer não é diferente. Em disputa com os saberes e territórios universalizantes e brancos, os saberes estéticos corpóreos construídos por mulheres negras no *Hip-Hop* destacam um aspecto formativo na busca por emancipação e transformação social.

O que aqui se defende é que a dança praticada por mulheres negras na cultura *Hip-Hop* constitui uma epistemologia corporificada, na qual corpo, memória, território, lazer e ação política articulam-se na produção de conhecimentos afrodiaspóricos comprometidos com a justiça social.



REFERÊNCIAS

ATIHÉ, Eliana. A educação em busca de sua própria alma. In: BARROS, João de Deus V. (Org.) *Imaginário e educação: Pesquisa e Reflexões*. São Luís: EDUFMA, 2008.

BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda. *Bailes Soul, Samba Rock, Hip-hop e Identidade em São Paulo*. São Paulo: Quilombo hoje, 2007.

CARVALHO, João Batista Soares de. *A constituição de identidades, representações e violência de gênero nas letras de rap* (São Paulo na década de 1990). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) PUC, São Paulo, 2006.

CHANG, J. *Can't stop won't stop: a history of the Hip-Hop generation*. New York: Picador, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Nova York: Routledge, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *From Black Power to Hip-hop: racism, nationalism, and feminism*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

COLLINS, P.H.; Bilge, S. *Intersectionality*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

CRENSHAW, Kimberle. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. Stanford Law Review, California, n.6, p.1.241-1.299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.



FÉLIX, João Batista de Jesus. *Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano*. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011.

TORGOVNICK, Marianna. *Gone Primitive: Savage intellects, Modern Lives*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.

Recebido em: 15/03/2024

Aprovado em: 01/04/2026